



China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e empresas controladas

C.N.P.J. 07.450.604/0001-89

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("CCB Brasil" ou "Banco") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o relatório do Auditor Independente sem ressalvas e o relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações financeiras retratadas estão em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil - BACEN.

A subsidiária China Construction Bank (Brasil)

Desde 29 de agosto de 2014, o Banco faz parte do Grupo China Construction Bank Corporation (CCB), com sede em Pequim, o segundo maior banco da China. Com histórico operacional desde 1954, as ações do CCB são negociadas na Bolsa de Valores de Hong Kong e na Bolsa de Xangai.

Ambiente Econômico

O primeiro semestre de 2019 foi marcado com o início do novo governo e a queda da inflação e das taxas de juros, expansão, ainda que tímida, da concessão de crédito e da atividade produtiva e nas reformas com maior destaque para a previdência social.

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que mede a inflação oficial no país, fechou o semestre de 2019 em 2,2%, abaixo do centro da meta, e a taxa básica de juros (Selic) manteve-se estável em 6,5% a.a. A paridade Real - Dólar apresentou forte volatilidade ao longo de 2019. A mínima cotação no ano foi registrada em janeiro, quando alcançou R\$ 3,6519, enquanto a máxima foi registrada em maio, ao atingir R\$ 4,1056. No término do semestre, o dólar foi cotado a R\$ 3,8322, aumento de 1,1% na comparação com 2018.

De acordo com o BACEN, o saldo das operações de crédito no Sistema Financeiro Nacional totalizou R\$ 3,3 trilhões, alta de 1,2% no primeiro semestre e, 5,1% a.a., equivalente a 47,2% do PIB, patamar igual aos últimos meses. Destaque para o crédito ampliado ao setor não financeiro, que cresceu 6,9% em doze meses.

A evolução da carteira de recursos direcionados apresentou queda de 11,8% nas operações com Pessoas Jurídicas, enquanto o saldo das operações com Pessoas Físicas apresentou expansão de 5,7% anual.

Por outro lado, a carteira de Recursos Livres teve crescimento anual de 11,8%, distribuídos em 14,2% para Pessoas Físicas e 9,0% para Pessoas Jurídicas.

O saldo acumulado da balança comercial brasileira no período entre janeiro e junho de 2019 somou US\$ 26,18 bilhões, valor inferior em 12,5% ao superávit registrado em igual período de 2018 (US\$ 29,93 bilhões). O desempenho é decorrente da diminuição de 3,4% das exportações frente à diminuição de 0,04% das importações. No primeiro semestre de 2019 as exportações somaram US\$ 109,95 bilhões (US\$ 113,71 bilhões em 2018), enquanto as importações atingiram US\$ 83,76 bilhões (US\$ 83,78 bilhões em 2018).

No primeiro semestre de 2019, o saldo comercial do Brasil com a China foi superavaliado em US\$ 12,45 bilhões. As exportações e as importações do Brasil atingiram, respectivamente, US\$ 30,42 bilhões e US\$ 17,97 bilhões.

Em que pese os efeitos significativos e temporários contidos no semestre, prevaleceu a inflação na meta, a taxa básica de juros estável e em baixo patamar histórico e as reservas cambiais em apreciável montante (US\$ 388,09 bilhões em junho de 2019, de acordo com o BACEN).

Para o segundo semestre de 2019, há expectativa de crescimento mais acelerado da economia brasileira, tendo em vista que os patamares de inflação e juros encontram-se mais baixos se comparados à média histórica dos últimos anos, e com tendências de maiores reduções até o fim do ano. Além disso, famílias e empresas vem em processo de desalavancagem, as taxas de inadimplência estão com tendência declinantes, e há espaços para expansão da oferta, com a utilização da capacidade produtiva ociosa, sem exigência de investimento num primeiro momento. O êxito de uma agenda de reformas estruturais tende a impactar positivamente na confiança dos empresários e consumidores, potencializando renda e emprego, um crescimento econômico mais forte e sustentável.

Resultado do Semestre Consolidado

O primeiro semestre de 2019 refletiu positivamente as medidas adotadas pelo Banco no ano precedente, que propunham elevar a qualidade e o volume dos ativos e, ao mesmo tempo, adequar a estrutura operacional do Banco para obter melhor eficiência da organização.

Ao final do primeiro semestre de 2019, as operações de crédito alcançaram R\$ 8.274,14 milhões, diminuição de 1,3% em doze meses. A parcela dos créditos classificados com rating AA-C, (faixa dos créditos de menor risco), manteve-se estável ao mesmo período do ano anterior representando 92,9% do total da carteira (91,0% em 2018).

Do lado dos passivos, observamos uma redução de 13,2% da captação em reais em doze meses. Os depósitos a prazo atingiram R\$ 2.364,88 milhões, retração de 22,3% ante o primeiro semestre do ano anterior. Os recursos de letras emitidas, compostos pelas LCAs, LFs e LCIs, somaram R\$ 1.592,21 milhões, crescimento de 89,9% na comparação com o ano precedente.

Em 30 de junho de 2019, a Matriz representava 41,4% (48,67% em 2018) da captação total, cerca de R\$ 11.840,66 milhões. Vale salientar que a Matriz tem provido sua Subsidiária com *funding* adequado, tanto em volumes, quanto em preços. Com efeito, os recursos da Matriz, habitualmente disponibilizados por prazos de 360 dias, têm sido sistematicamente renovados, e vêm apresentando custos vantajosamente comparáveis aos de mercado.

Ao término do primeiro semestre de 2019, o patrimônio líquido alcançou R\$ 1.599,79 milhões e o índice de Basileia era de 18,8%.

O resultado bruto da intermediação financeira nos seis primeiros meses de 2019 alcançou R\$ 153,13 milhões, desempenho favorável ante o resultado obtido em igual período de 2018, R\$ 115,96 milhões.

No primeiro semestre de 2019, as despesas de custeio que abrangem as despesas administrativas e de pessoal somaram R\$ 174,48 milhões, incremento de 13,5% na comparação com igual período de 2018, principalmente em decorrência dos ajustes estruturais efetuados no decorrer do semestre.

O prejuízo líquido do primeiro semestre de 2019 foi de R\$ 98,65 milhões.

Recursos Humanos e Pontos de Atendimentos

O Banco encerrou o primeiro semestre de 2019 com 335 funcionários e nove pontos de atendimento.

Circular nº 3.068/01 BACEN

O CCB Brasil declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 76.257 milhões.

Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 22 de agosto de 2019).

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO

Em milhares de reais

	Nota	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO			Nota	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018		
ATIVO		7.180.027	6.739.893	6.986.069	6.643.467	PASSIVO		17.990.687	16.438.552	17.760.921	16.101.712
Circulante		108.778	128.020	109.131	128.456	Circulante		17.990.687	16.438.552	17.760.921	16.101.712
Disponibilidades	4a.	108.778	128.020	109.131	128.456	Depósitos	16.	2.620.760	3.539.393	2.375.322	3.261.219
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.866.246	2.146.560	1.290.148	1.554.791	Depósitos à vista		76.866	84.879	75.826	84.089
Aplicações no mercado aberto	4b.	1.055.173	1.529.113	1.055.173	1.529.113	Depósitos de poupança		3.111	4.373	3.111	4.373
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	631.167	617.447	55.069	25.678	Depósitos interfinanceiros		444.979	779.803	201.459	504.503
Aplicações em moedas estrangeiras	4d.	179.906	-	179.906	-	Depósitos a prazo		2.095.804	2.670.338	2.094.926	2.668.254
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos		587.493	364.094	587.493	364.094	Captações no Mercado Aberto	17a.	6.364.514	4.696.731	6.351.460	4.681.280
Financeiros Derivativos		587.493	364.094	587.493	364.094	Carteira própria		6.364.514	4.696.731	6.351.460	4.681.280
Carteira própria	5b.	16.024	197.727	16.024	197.727	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17b.	1.204.302	415.927	1.204.302	415.927
Vinculados a operações compromissadas	5b.	208.743	-	208.743	-	Recursos de letras emitidas		1.204.302	415.927	1.204.302	415.927
Instrumentos financeiros derivativos	6f.	362.726	166.367	362.726	166.367	Letras de crédito imobiliário		37.407	34.017	37.407	34.017
Relações Interfinanceiras		6.833	17.025	6.833	17.025	Letras de crédito de agronegócio		773.280	324.032	773.280	324.032
Pagamentos e recebimentos a liquidar		1.305	1.740	1.305	1.740	Letras financeiras		393.615	57.878	393.615	57.878
Depósitos no Banco Central		5.528	15.285	5.528	15.285	Relações Interfinanceiras		113	517	113	517
Operações de Crédito		2.932.448	2.441.074	3.287.932	2.874.460	Recebimentos e pagamentos a liquidar		113	517	113	517
Operações de crédito		2.981.940	2.469.710	3.428.245	3.019.279	Relações Interdependências		25.400	15.242	25.400	15.242
Setor público	7.	-	2.011	-	2.011	Recursos em trânsito de terceiros		25.400	15.242	25.400	15.242
Setor privado	7.	2.981.940	2.467.699	3.428.245	3.019.279	Obrigações por Empréstimos	18.	5.152.945	6.683.405	5.152.945	6.683.405
Operações de crédito vinculadas à cessão	7.	62.635	86.646	-	-	Empréstimos no exterior		5.152.945	6.683.405	5.152.945	6.683.405
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8.	(112.127)	(115.282)	(140.313)	(146.830)	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	19.	69.521	28.059	69.521	28.059
Operações de Arrendamento Mercantil	7g.	-	-	16.518	7.233	Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ		66.359	18.413	66.359	18.413
Arrendamentos a receber - setor privado		-	-	16.518	7.233	Ministério das Cidades		3.162	9.646	3.162	9.646
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	8.	-	-	(3.321)	(7.282)	Obrigações por Repasses do Exterior	18.	22.371	77.682	22.371	77.682
Outros Créditos		1.651.865	1.609.848	1.659.419	1.662.067	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.	2.691	39.586	2.691	39.586
Avais e fianças honradas		4.855	25.070	4.855	25.070	Instrumentos financeiros derivativos		2.691	39.586	2.691	39.586
Carteira de câmbio	9.	1.481.747	1.317.449	1.481.747	1.317.449	Outras Obrigações		2.528.070	942.010	2.556.796	898.795
Rendas a receber		12.556	31.297	7.436	23.504	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		429	3.188	446	3.214
Negociação e intermediação de valores		489	5.948	489	5.948	Carteira de câmbio	9.	403.848	353.942	403.848	353.942
Ativo fiscal diferido - créditos tributários	26a.	87.421	125.529	91.320	150.874	Sociais e estatutárias		19.416	10.704	19.416	10.704
Diversos	10.	183.437	187.714	192.228	222.348	Fiscais e previdenciárias	20.	351.475	225.034	401.367	256.035
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8.	(118.640)	(83.159)	(118.656)	(83.126)	Negociação e intermediação de valores		2.655	6.942	2.655	6.942
Outros Valores e Bens		26.364	33.272	28.595	35.341	Dívida subordinada	23a.	1.559.039	16.948	1.559.039	16.948
Despesas antecipadas		26.364	33.272	28.595	35.341	Instrumentos de dívida elegíveis a capital	24b.	17.705	17.814	17.705	17.814
Realizável a Longo Prazo		14.537.495	15.251.871	14.840.477	15.309.288	Diversas	21.	173.503	307.438	152.320	233.196
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		180.761	649.483	940	-	Exigível a Longo Prazo		2.589.215	4.184.688	2.505.027	4.077.721
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	180.761	649.483	940	-	Depósitos	16.	315.563	421.492	291.316	409.947
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos		9.253.240	8.945.244	9.263.923	8.955.291	Depósitos interfinanceiros		42.055	33.983	21.364	33.983
Financeiros Derivativos		9.253.240	8.945.244	9.263.923	8.955.291	Depósitos a prazo		273.508	387.509	269.952	375.964
Carteira própria	5b.	2.752.942	3.745.644	2.752.942	3.745.644	Captações no Mercado Aberto	17a.	138.581	-	131.246	-
Vinculados a operações compromissadas	5b.	6.300.974	4.706.737	6.300.974	4.706.737	Carteira própria		138.581	-	131.246	-
Vinculados à prestação de garantias	5b.	163.340	119.952	174.023	129.999	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17b.	387.905	422.193	387.905	422.193
Instrumentos financeiros derivativos	6f.	35.984	372.911	35.984	372.911	Recursos de letras emitidas		387.905	422.193	387.905	422.193
Operações de Crédito		2.988.523	3.402.689	3.330.405	4.021.911	Letras de crédito imobiliário		2.733	885	2.733	885
Operações de crédito		3.113.137	3.534.226	3.549.348	4.300.397	Letras de crédito de agronegócio		50.070	52.423	50.070	52.423
Setor privado	7.	3.113.137	3.534.226	3.549.348	4.300.397	Letras financeiras		335.102	368.885	335.102	368.885
Operações de crédito vinculadas à cessão	7.	71.976	121.534	-	-	Obrigações por Empréstimos	18.	69.580	141.780	69.580	141.780
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8.	(196.590)	(253.071)	(218.943)	(278.486)	Empréstimos no exterior		69.580	141.780	69.580	141.780
Operações de Arrendamento Mercantil	7g.	-	-	25.676	2.522	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	19.	6.484	-	6.484	-
Arrendamentos a receber - setor privado		-	-	25.676	2.522	Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ		6.484	-	6.484	-
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	8.	-	-	(5.462)	(6.166)	Obrigações por Repasses do Exterior	18.	32.704	-	32.704	-
Outros Créditos		1.879.665	1.943.085	1.979.378	2.005.321	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.	3.595	8.066	3.595	8.066
Rendas a receber		57	1.386	57	1.386	Instrumentos financeiros derivativos		3.595	8.066	3.595	8.066
Ativo fiscal diferido - créditos tributários	26a.	995.739	956.615	1.066.760	1.008.445	Outras Obrigações		1.634.803	3.191.157	1.582.197	3.095.735
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	26b.	380.662	380.662	380.662	380.662	Fiscais e previdenciárias	20.	-	-	3.830	4.982
Diversos	10.	507.495	610.904	536.187	621.372	Dívida subordinada	23a.	-	1.517.294	-	1.517.294
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8.	(4.288)	(6.482)	(4.288)	(6.544)	Instrumentos de dívida elegíveis a capital	23b.	651.474	655.486	651.474	655.486
Outros Valores e Bens		235.306	311.370	240.155	324.243	Diversas	21.	983.329	1.018.377	926.893	917.973
Outros valores e bens	11.	388.072	434.199	400.568	44						

☆ continuação

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação do capital social

	Nota	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO			Nota	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018		
Receitas da Intermediação Financeira		600.699	1.683.676	653.047	1.697.727	Receitas de prestação de serviços	18.674	23.491	19.003	23.963	
Operações de crédito	27a.	225.537	846.085	329.421	962.150	Rendas de tarifas bancárias	435	933	435	933	
Operações de arrendamento mercantil		-	-	2.423	2.384	Despesas de pessoal	27i.	(102.824)	(78.182)	(111.587)	(86.454)
Resultado de títulos e valores mobiliários	27b.	357.674	590.551	303.715	486.153	Despesas tributárias	27k.	(9.082)	(7.049)	(12.312)	(11.469)
Resultado de câmbio	27d.	17.486	149.453	17.486	149.453	Resultado de participações em controladas	14.	5.938	(6.588)	(506)	(753)
Resultado de aplicações compulsórias		2	31	2	31	Outras despesas administrativas	27j.	(46.540)	(49.696)	(62.888)	(67.225)
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros	7f.	-	97.556	-	97.556	Outras receitas operacionais	27g.	52.519	158.968	60.279	175.060
Despesas da Intermediação Financeira		(508.092)	(1.573.860)	(499.915)	(1.581.767)	Outras despesas operacionais	27h.	(136.646)	(65.588)	(156.101)	(80.875)
Captação no mercado	27e.	(374.291)	(570.067)	(364.748)	(559.551)	Resultado Operacional	(124.919)	86.105	(110.545)	69.140	
Empréstimos, cessões e repasses	27f.	(76.541)	(1.092.446)	(76.541)	(1.092.446)	Resultado não operacional	27l.	4.368	2.437	4.732	3.805
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	27c.	(19.755)	299.024	(19.755)	299.024	Resultado antes da Tributação	(120.551)	88.542	(105.813)	72.945	
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros	7f.	(16.845)	(45.233)	-	(19.730)	Imposto de renda	26d.	(5.478)	(47.034)	(10.123)	(39.051)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.	(20.660)	(165.138)	(38.871)	(209.064)	Contribuição social	26d.	(3.287)	(27.235)	(6.087)	(22.403)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		92.607	109.816	153.132	115.960	Ativo fiscal diferido - Impostos e contribuições	26d.	21.582	38.956	23.377	19.193
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(217.526)	(23.711)	(263.677)	(46.820)	(Prejuízo)/Lucro do Semestre	(107.734)	53.229	(98.646)	30.684	
						Número de Ações Integralizadas (mil)	25a.	465.631	465.631		
						(Prejuízo)/Lucro por Ação do Capital Social - R\$	(0,23)	0,11			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-	(5.757)	(2.096)	(24.722)
(Prejuízo)/Lucro do Período	(107.734)	53.229	(98.646)	30.684	Pagamento de juros	(175.885)	(119.082)	(175.885)	(119.082)
Ajustes ao Resultado	24.620	20.660	57.845	64.667	Pagamento de contingências	(14.888)	(1.553)	(14.888)	(1.587)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	20.660	165.138	38.871	209.064	Recebimento de juros	201.458	375.942	307.903	543.818
Depreciações e amortizações	6.199	6.626	6.564	6.990	(Redução)/aumento em resultado de exercícios futuros	(3.833)	1.209	(3.833)	1.209
Provisão outras	(2.662)	(2.696)	(2.647)	(3.103)	Caixa Líquido (Utilizado)/Proveniente nas Atividades Operacionais	(122.656)	383.381	(116.424)	388.561
(Reversão)/provisão para contingências e fianças prestadas - 27g e h	57.653	31.949	61.280	34.002	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos				
Provisão para empréstimos vinculados - 27g	(14.822)	(137.767)	(14.822)	(137.767)	Alienação de bens não de uso próprio	18.378	10.838	19.430	17.553
Crédito tributário	(12.817)	35.313	(7.167)	40.171	Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento mercantil	2	6.237	2	6.237
Resultado de participações em controladas	(5.938)	6.588	(506)	753	Aquisição de bens não de uso próprio	(7.243)	(38.486)	(8.375)	(41.257)
Perda/(ganho) na venda de imobilizado	9	(1.290)	9	(1.290)	Aquisição de imobilizado de uso	(102)	(6.215)	(104)	(6.242)
(Ganho) na venda bens não de uso próprio	(1.425)	(952)	(1.500)	(1.904)	Aplicação no intangível	(972)	(1.412)	(975)	(1.412)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(27.496)	(87.508)	(27.496)	(87.508)	Juros sobre o capital próprio recebido	6.000	9.168	-	-
Amortização de ágio	5.259	5.259	5.259	5.259	Caixa Líquido (Utilizado)/Proveniente nas Atividades de Investimentos	16.063	(19.870)	9.978	(25.121)
(Prejuízo)/Lucro Ajustado	(83.114)	73.889	(40.801)	95.351	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos				
Redução/(aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	197.848	441.350	(31)	(9)	Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	7.850.462	8.842.242	7.850.462	8.842.242
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(112.260)	(627.977)	(112.579)	(628.286)	Aumento em dívidas subordinadas	49.626	206.263	49.626	206.263
(Aumento)/redução em relações interfinanceiras e interdependências	(5.987)	14.669	(5.987)	14.669	Aumento em instrumento de dívida elegíveis a capital	17.282	116.885	17.282	116.885
Redução/(aumento) em operações de crédito e de arrendamento mercantil	425.542	(1.813.554)	407.102	(1.637.628)	Pagamento de empréstimos	(9.309.928)	(8.275.706)	(9.309.928)	(8.275.706)
(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens	(362.288)	300.160	(353.650)	325.027	Caixa Líquido (Utilizado)/Proveniente das Atividades de Financiamentos	(1.392.558)	889.684	(1.392.558)	889.684
Aumento/(redução) em depósitos	(474.756)	503.558	(475.102)	497.830	Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.499.151)	1.253.195	(1.499.004)	1.253.124
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	(556.306)	1.531.364	(546.196)	1.542.464	Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.866.087	336.544	2.866.293	337.051
Aumento em recursos de emissão de títulos	401.469	486.886	401.469	486.575	Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	27.496	87.508	27.496	87.508
Aumento/(redução) em outras obrigações	440.344	(777.723)	498.150	(707.068)	Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.394.432	1.677.247	1.394.785	1.677.683
					Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.499.151)	1.253.195	(1.499.004)	1.253.124

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	Capital realizado	Ações em tesouraria	Reservas de capital Ágio na subscrição de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	2.956.864	(55.105)	899	2.682	(1.174.339)	1.731.001
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(443)	-	(443)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	53.229	53.229
Saldos em 30 de junho de 2018	2.956.864	(55.105)	899	2.239	(1.121.110)	1.783.787
Mutações do semestre						
Saldos em 01 de janeiro de 2019	2.956.864	(55.105)	899	2.220	(1.369.885)	1.534.993
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	100.794	-	100.794
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(107.734)	(107.734)
Saldos em 30 de junho de 2019	2.956.864	(55.105)	899	103.014	(1.477.619)	1.528.053
Mutações do semestre						
	-	-	-	100.794	(107.734)	(6.940)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., anterior Banco Industrial e Comercial S.A. - Bicanco ("Companhia", "Instituição", "Múltiplo", "CCB Brasil" ou "Banco") e empresas controladas ("Consolidado") constituído em 29 de dezembro de 1938 e autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas controladas atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito, bem como possui participação de 50% em uma *Joint Venture* destinada a operações no mercado de *Factoring* e *Forfaiting*.

2. Apresentação das demonstrações financeiras**a) Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras individuais do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil incluída a dependência no exterior, e as demonstrações financeiras consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil e empresas controladas foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN.

Desde 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emite pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o CCB Brasil, na elaboração das suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo BACEN:

- a) CPC (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico - Resolução CMN nº 4.144/12;
- b) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08;
- c) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras - Resolução CMN nº 4.524/16;
- d) CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08;
- e) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16;
- f) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09;
- g) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/11;
- h) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/11;
- i) CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11;
- j) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09;
- k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16; e
- l) CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - Resolução CMN nº 4.424/15.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de agosto de 2019.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco e as empresas controladas (conforme quadro abaixo), e foram elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404/76, e alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e normas do CMN, quando aplicável, apresentando as operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual antecipado.

Os saldos patrimoniais e os resultados originados de transações entre as empresas foram eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Participação

	%
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	100
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100
CCB Brasil Informática S.A.	100
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	100
CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	100
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda.	100
CCB Brasil Cobrança Ltda.	100

b.1) Reconciliação do lucro e do patrimônio líquido do CCB Brasil (MÚLTIPLO) x CCB Brasil (CONSOLIDADO)

	Junho/19	Junho/18
Resultado do período (Múltiplo)	(107.734)	53.229
Hedge accounting carteira de varejo (líquido de efeitos tributários)	9.760	(23.254)
Provisão para operações de crédito cedidas à controlada CCB Brasil Financeira	(672)	709
Resultado do período (Consolidado)	(98.646)	30.684

Patrimônio líquido do período (Múltiplo)

	Junho/19	Junho/18
Patrimônio líquido do período (Múltiplo)	1.528.053	1.783.787
Hedge accounting carteira de varejo (líquido de efeitos tributários)	67.650	31.488
Provisão para operações de crédito cedidas à controlada CCB Brasil Financeira	4.090	3.718
Patrimônio líquido do período (Consolidado)	1.599.793	1.818.993

3. Principais práticas contábeis**a) Resultado das operações**

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos à aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências, obrigações e respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, e a avaliação do valor de mercado dos instrumentos financeiros e derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do CCB Brasil.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período. Para a agência no exterior, cujas operações são realizadas em moeda estrangeira, por se tratar na essência de uma extensão das atividades no Brasil, sem grau significativo de autonomia, a moeda funcional determinada segundo critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.524/16 é o Real, sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço, e o resultado convertido pela taxa de câmbio da data da transação. Os ajustes decorrentes da conversão são registrados em contrapartida ao resultado do período.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Ativo circulante e realizável a longo prazo

e.1) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e.2) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

• **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

• **Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

• **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e.3) Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período.

e.4) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Para a apuração da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, incluindo entre outros, a situação financeira entre as partes, níveis de inadimplência, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração, conforme demonstrado na nota 7d - Composição da carteira por níveis de risco.

As rendas das operações de crédito vendidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais.

e.5) Outros valores e bens - Bens não de uso

Os bens não de uso próprio são registrados com base em laudos de avaliação elaborados por empresas especializadas. A data-base deste registro é a do efetivo recebimento do bem e, consequentemente, da liquidação da operação. Os lucros ou prejuízos apurados nas vendas são reconhecidos no resultado do período. Os bens não de uso próprio estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou quando há indicação de desvalorização.

e.6) Demais ativos financeiros, circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor líquido de realização.

f) Permanente

f.1) Os investimentos em controladas, nas demonstrações financeiras individuais, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O ágio apurado na aquisição de investimento, decorrente de expectativa de rentabilidade futura, é amortizado linearmente pelo prazo de 10 anos.

f.2) Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535/16, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da instituição por período superior a um ano e devem ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento e o valor da estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado, caso a Instituição assuma a obrigação de arcar com tais custos na data de aquisição do ativo. A depreciação, reconhecida mensalmente, de forma linear, com base em taxas anuais em função da expectativa da vida útil estimada dos bens, como segue: imóveis: 4%; móveis, utensílios, sistemas de comunicações e instalações: 10%; e, sistema de processamento de dados e veículos: 20%.

f.3) Em atendimento ao estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, a administração efetua teste de valor recuperável dos seus ativos anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, uma perda por impairment ocorre quando o valor líquido do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

f.4) O ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade, reconhecidos pelo valor de custo, amortizados mensalmente ao longo da vida útil estimada do ativo, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.534/16.

g) Passivo

g.1) Empréstimos no exterior vinculados a operações de crédito (Resolução CMN nº 2.921/02)

São registradas pelo valor da captação, acrescido dos encargos apropriados até a data do balanço, ajustados pela estimativa de perda de crédito dos ativos vinculados através de conta retificadora do passivo em contrapartida ao resultado do período, visando refletir a melhor estimativa do valor de desembolso ao investidor.

g.2) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais auferidas.

O imposto de renda e a contribuição social são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", e são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre o lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social até agosto de 2015, a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018, 20% e, a partir de janeiro de 2019, retornou a alíquota de 15%, conforme a Lei nº 13.169/15. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão registrados na rubrica "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias", e os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais realizáveis em até 10 anos estão registrados em "Outros Créditos - Diversos".

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa (nota 22 a). O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável;

Provisões: são reconhecidas contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa (nota 22);

Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações legais: estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

i) Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessão de Crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- **Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e, (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão, é baixado no ato da operação e o resultado é reconhecido em lucros ou prejuízos por transferência de ativos financeiros.

- **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e, (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão é mantido nos livros contábeis e é reconhecido um passivo a favor do cessionário pelo valor da cessão. Os ativos continuam gerando resultado positivo e o passivo gerando despesa pela taxa aplicada na cessão. Esses valores são registrados em contas de receita de transferência de ativos financeiros (ativo) e despesa de transferência de ativos financeiros (passivo), pelo prazo das operações cedidas.

- **Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. O Banco não trabalha com essa modalidade.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

4. Disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Disponibilidades

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18
Caixa	506	469	506	469
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras	108.272	127.551	108.625	127.987
Total	108.778	128.020	109.131	128.456

b) Aplicações no mercado aberto

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	Junho/19	Junho/18
Vencimento		
Até 30 dias	1.055.173	1.529.113

c) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18
Vencimento				
Até 30 dias	314.529	5.393	52.636	2.062
De 31 a 90 dias	32.951	23.616	2.433	23.616
De 91 a 360 dias	283.687	588.438	-	-
Acima de 360 dias	180.761	649.483	940	-
Total	811.928	1.266.930	56.009	25.678

d) Aplicações em moedas estrangeiras

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	Junho/19	Junho/18
Vencimento		
Até 30 dias	179.906	-

5. Títulos e valores mobiliários

a) Política de atuação

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral. Para os títulos mantidos até o vencimento a Administração declara a intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento.

b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

	CONSOLIDADO				MÚLTIPLO	
	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado	Total contábil
Títulos disponíveis para venda	209.568	9.166.881	9.376.449	9.204.760	9.376.449	9.365.766
Carteira própria (*)	825	2.691.884	2.692.709	2.522.364	2.692.709	2.692.709
Letras Financeiras Tesouro	825	878.379	879.204	878.390	879.204	879.204
Global Bonds	-	1.813.505	1.813.505	1.643.974	1.813.505	1.813.505
Vinculados a operações compromissadas (*)	208.743	6.300.974	6.509.717	6.508.341	6.509.717	6.509.717
Letras Financeiras Tesouro	208.743	6.300.974	6.509.717	6.508.341	6.509.717	6.509.717
Vinculados à prestação de garantias (**)	-	174.023	174.023	174.055	174.023	163.340
Letras Financeiras Tesouro	-	174.023	174.023	174.055	174.023	163.340
Títulos mantidos até o vencimento	15.199	61.058	76.257	76.257	76.233	76.257
Carteira própria	15.199	61.058	76.257	76.257	76.233	76.257
Debêntures	15.199	-	15.199	15.199	15.175	15.199
Cotas - FIDC	-	61.058	61.058	61.058	61.058	61.058
Total	224.767	9.227.939	9.452.706	9.281.017	9.452.682	9.442.023

(*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(**) O saldo contábil inclui R\$ 160.020 referente margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos (nota 6f), R\$ 13.575 referente processos judiciais e R\$ 428 referente outras garantias.

	CONSOLIDADO				MÚLTIPLO	
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda	56.634	141.093	7.112.107	7.309.834	7.306.104	7.299.787
Carteira própria (*)	56.634	141.093	2.275.371	2.473.098	2.471.877	2.473.098
Letras Financeiras Tesouro	-	141.093	2.275.371	2.416.464	2.415.895	2.416.464
Notas do Tesouro Nacional - B	56.634	-	-	56.634	55.982	56.634
Vinculados a operações compromissadas (*)	-	-	4.706.737	4.706.737	4.704.207	4.706.737
Letras Financeiras Tesouro	-	-	4.706.737	4.706.737	4.704.207	4.706.737
Vinculados à prestação de garantias (**)	-	-	129.999	129.999	130.020	129.999
Letras Financeiras Tesouro	-	-	129.999	129.999	130.020	129.999
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	1.470.273	1.470.273	1.470.273	1.470.273
Carteira própria	-	-	1.470.273	1.470.273	1.450.723	1.470.273
Debêntures	-	-	15.198	15.198	15.198	15.198
Cotas - FIDC	-	-	23.584	23.584	23.584	23.584
Global Bonds	-	-	1.431.491	1.431.491	1.411.873	1.431.491
Total	56.634	141.093	8.582.380	8.780.107	8.776.377	8.770.060

(*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(**) O saldo contábil inclui R\$ 116.045 referente margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos (nota 6f), R\$ 13.552 referente processos judiciais e R\$ 402 referente outras garantias.

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN, e os títulos privados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, as cotas de FIDC são custodiadas nas instituições custodiantes nomeadas pelo Administrador dos Fundos e os *Global Bonds* são custodiados no CEDEL Clearstream.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários divulgados pela ANBIMA na data de balanço, Debêntures com base na última negociação divulgada pela ANBIMA, Global Bonds com base no mercado secundário (Bloomberg) e o das cotas de fundos de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo administrador do fundo.

c) Reclassificação de categoria dos títulos e valores mobiliários

Diante do recente processo de reestruturação dos negócios do Banco onde, dentre outros resultados, espera-se o crescimento dos ativos de crédito, bem como a proximidade do vencimento de dívidas subordinadas, em junho de 2019 o Banco reclassificou títulos mantidos até o vencimento no montante de R\$ 1.813.505 para a categoria disponível para Venda, cuja marcação a mercado decorrente dessa reclassificação foi R\$ 101.718, líquido dos efeitos fiscais, registrado em ajustes de avaliação patrimonial subgrupo do patrimônio líquido.

6. Carteira de instrumentos financeiros derivativos

a) Política de utilização

Em função da Regra de *Paul Volcker*, aplicável ao Grupo CCB globalmente, as operações da carteira *trading* do CCB Brasil estão restritas às operações de derivativos com clientes e devem sempre ter *hedge*. Durante o exercício o CCB Brasil realizou operações de derivativos tradicionais que visam atender às necessidades dos clientes sempre protegidas por *hedge*, bem como faz uso de derivativos para fazer *hedge* de suas exposições a preços e taxas de juros da carteira *banking*. Seu objetivo foi o de obter a mitigação da exposição às variáveis de mercado decorrentes dos descasamentos de ativos e passivos do Conglomerado.

b) Proteção das Exposições Cambiais

O CCB Brasil efetua operações de *Swap*, NDF (termo) e Mercado Futuro para fins de *hedge* de suas obrigações com títulos emitidos no exterior e empréstimos em moeda estrangeira com o objetivo de se proteger do risco de variação cambial e do cupom das operações, se resguardando das oscilações cambiais através da utilização de *hedge* econômico e contábil quando aplicável, para essas operações.

c) Proteção do Portfólio com Taxas Prefixadas

A Instituição adota a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando o montante alocado por prazo do portfólio de crédito e o montante por vencimento dos contratos futuros de DI. Tendo em vista que o portfólio de crédito, objeto do *hedge*, está distribuído entre as empresas (Banco e Financeira), e os contratos futuros estão todos concentrados no Banco, desta forma, a designação do *fair value hedge* dessa relação foi aplicado apenas no balanço consolidado. A cobertura do *hedge* é monitorada diariamente e avaliada trimestralmente para fins de efetividade e manutenção do *hedge* contábil, e atende critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A Tesouraria do Banco avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge* com o objetivo de garantir uma efetividade do *hedge* no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação a mercado do *layer* protegido, objeto de *hedge* designado e a variação a mercado dos contratos futuros de DI.

d) Gerenciamento de risco

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 30 de junho de 2019 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros e cupom de dólar que visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR (para a carteira *trading*), EVE e NII (para a carteira *banking* e global), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

e) Critérios de mensuração do valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

• **Futuros e Termo:** cotações em bolsas; e

• **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável.

f) Registro dos valores

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

continua →

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 30 de junho de 2019), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o *Hedge* de Risco de Mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações em aberto em 30 de junho de 2019 apresentam as seguintes características:

MÚLTIPLO E CONSOLIDADO						
Valor de referência						
Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)						
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer a mais de 12 meses	Total
Contratos de Swap						
Mercado Interfinanceiro	12.871	5.082	90.246	(770.776)	(24.971)	(705.501)
Moeda Estrangeira	364.315	2.307	(102.589)	762.250	24.971	684.632
Pré	512	-	12.343	8.526	-	20.869
Subtotal	377.698	7.389	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	20.045	(1.279)	-	-	-	-
Total	397.743	6.110	-	-	-	-
Contratos de Termo/NDF						
Compra de Termo/NDF	1	129	3.622	1.786	-	5.408
Venda de Termo/NDF	966	47	(1.962)	(37.500)	-	(39.462)
Subtotal	967	176	-	-	-	-
Total	398.710	6.286	-	-	-	-
Contratos Futuros (*)						
Venda - Mercado Interfinanceiro	-	1.858	(179.428)	(601.213)	(1.131.890)	(1.912.531)
Compra - DDI - Cupom Cambial	330	8	359.400	376.912	-	736.312
Compra - Moeda Estrangeira	151	1	10.582	-	-	10.582
Venda - Moeda Estrangeira	8	774	-	(1.700.938)	-	(1.700.938)
Total	489	2.641	-	-	-	-

(*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Créditos e Outras Obrigações.

As operações em aberto em 30 de junho de 2018 apresentam as seguintes características:

MÚLTIPLO E CONSOLIDADO						
Valor de referência						
Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)						
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer a mais de 12 meses	Total
Contratos de Swap						
Mercado Interfinanceiro	524	516	(88.202)	(458.272)	(244.316)	(790.790)
Moeda Estrangeira	544.105	40.232	88.202	458.272	244.316	790.790
Subtotal	544.629	40.748	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	(5.570)	652	-	-	-	-
Total	539.059	41.400	-	-	-	-
Contratos de Termo/NDF						
Compra de Termo/NDF	219	-	1.618	-	-	1.618
Venda de Termo/NDF	-	6.252	(39.137)	(51.222)	-	(90.359)
Subtotal	219	6.252	-	-	-	-
Total	539.278	47.652	-	-	-	-
Contratos Futuros (*)						
Venda - Mercado Interfinanceiro	3	1.758	(47.833)	(866.918)	(1.572.220)	(2.486.971)
Compra - DDI - Cupom Cambial	5.671	-	198.633	1.203.865	-	1.402.498
Venda - DDI - Cupom Cambial	-	1	(77.097)	-	-	(77.097)
Compra - Moeda Estrangeira	274	2	136.315	-	-	136.315
Venda - Moeda Estrangeira	-	5.153	(1.392.449)	-	-	(1.392.449)
Total	5.948	6.914	-	-	-	-

(*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Créditos e Outras Obrigações.

As operações de "swap" e "NDF" encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de "mercado futuro" encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa. O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

MÚLTIPLO E CONSOLIDADO					
Título	Vencimento	Junho/19		Junho/18	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
L.F.T.	01/09/2020	160.020	160.020	116.045	116.045

g) Hedge accounting

g.1) Captação no exterior

A partir do exercício de 2015, com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos (USDxCDI), com valores, prazos e taxas similares, e classifica a estrutura como *hedge accounting* de valor justo.

g.2) Operação de Crédito Pessoas Físicas

O CCB Brasil detém portfólios de empréstimos consignados de funcionários públicos e aposentados, e operações de financiamento de veículos. Os créditos são concedidos a taxas pré-fixadas, exposto a Instituição ao risco de mercado decorrente das oscilações da taxa referencial dos depósitos interbancários (CDI), indexador no qual o custo de *funding* e o gerenciamento de risco da Instituição são controlados. Desta forma, para cobertura do risco da taxa pré-fixada às oscilações do CDI, a partir de janeiro de 2017, a tesouraria do Banco adquire contratos futuros de DI em uma relação de quantidades x vencimentos que compensem o efeito de ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge*, sendo os efeitos desta estrutura de *hedge* de valor justo registrados exclusivamente nas demonstrações financeiras consolidadas.

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO					
	Junho/19		Junho/18			
	Valor Curva	Valor Justo	Valor da ineftividade	Valor nominal	Variação no valor reconhecido no resultado	
Risco de Taxa de Juros						
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito	1.594.358	-	1.707.108	10.501	1.753.345	102.248
<i>Hedge</i> de Captações CCB	-	1.181.715	-	1.185.731	(134)	1.186.045
Total	1.594.358	1.181.715	1.707.108	1.036.8	2.939.389	106.399
Junho/18						
Risco de Taxa de Juros						
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito	2.094.132	-	2.146.612	2.971	2.329.796	49.509
<i>Hedge</i> de Captações CCB	-	1.839.367	-	1.841.249	761	1.844.707
Total	2.094.132	1.839.367	2.146.612	3.732	4.174.503	50.630

7. Operações de crédito

a) Diversificação por tipo de operação

Modalidade	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18
Capital de giro e descontos	2.671.227	3.202.587	2.690.510	3.222.875
Crédito pessoal consignado	1.357.612	769.689	2.126.314	1.870.008
Financiamentos à exportação	1.506.800	1.390.306	1.506.800	1.390.306
Financiamentos rurais e agroindustriais	325.580	275.256	325.580	275.256
Financiamentos à importação	118.423	194.811	118.423	194.811
Financiamentos de veículos	2.662	451	96.306	196.704
Operações de crédito vinculadas à cessão (*)	134.611	208.180	-	-
Outros	112.773	170.836	113.660	171.727
Operações de crédito	6.229.688	6.212.116	6.977.593	7.321.687
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (**)	1.080.348	856.588	1.080.348	856.588
Títulos e créditos a receber (nota 10)	90.359	88.831	90.913	89.592
Devedores por compra de valores e bens (nota 10)	69.454	71.429	69.454	71.429
Fianças honradas	4.855	25.070	4.855	25.070
Outros créditos	1.245.016	1.041.918	1.245.570	1.042.679
Operações de arrendamento mercantil	-	-	50.977	23.203
Total	7.474.704	7.254.034	8.274.140	8.387.569

(*) Referem-se a operações de crédito consignado cedidas com coobrigação à CCB Financeira, classificadas como Crédito Pessoal Consignado no consolidado.

(**) As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica "Outras Obrigações - Carteira de câmbio" (nota 9), acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica "Outros Créditos - Carteira de câmbio".

b) Diversificação por setor de atividade

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18
Setor Público	-	2.011	-	2.011
Setor Privado	5.943.583	6.225.336	5.994.560	6.248.538
Outros serviços	2.406.259	3.110.217	2.448.494	3.125.452
Indústria	2.236.278	2.189.061	2.239.176	2.191.804
Comércio	1.175.350	848.624	1.181.194	853.848
Agronegócio	125.696	77.434	125.696	77.434
Pessoas físicas	1.531.121	1.026.687	2.279.580	2.137.020
Total	7.474.704	7.254.034	8.274.140	8.387.569

c) Diversificação por prazos - por parcela

	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO		
	Junho/19	% Junho/18	%	Junho/19	% Junho/18	%
Setor Público	-	2.011	0,03	-	2.011	0,02
Até 03 meses	-	1.011	0,02	-	1.011	0,01
De 03 meses até 01 ano	-	1.000	0,01	-	1.000	0,01
Setor Privado	7.474.704	100,00	7.252.023	99,97	8.274.140	100,00
Até 03 meses	1.647.927	22,05	1.369.468	18,88	1.840.050	22,24
De 03 meses até 01 ano	2.563.601	34,30	2.086.147	28,76	2.761.217	33,37
Acima de 01 ano	3.189.871	42,68	3.703.126	51,05	3.585.807	43,34
Vencidos a partir de 15 dias	73.305	0,97	93.282	1,28	87.066	1,05
Total	7.474.704	100,00	7.254.034	100,00	8.274.140	100,00

d) Composição da carteira por níveis de risco

Nível de risco	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO		
	Base de cálculo	Provisão	% (*)	Base de cálculo	Provisão	% (*)
AA	2.198.995	-	29,42	2.311.817	-	27,94
A	3.392.331	16.960	45,38	3.924.064	19.620	47,42
B	1.290.155	12.902	17,26	1.294.606	12.946	15,65
C	75.535	2.267	1,01	156.274	4.688	1,89
D	36.443	3.644	0,49	44.405	4.440	0,54
E	41.632	12.490	0,56	43.638	13.091	0,53
F	85.301	42.650	1,14	90.148	45.074	1,08
G	45.267	31.687	0,61	60.215	42.151	0,73
H	309.045	309.045	4,13	348.973	348.973	4,22
Total	7.474.704	431.645	100,00	8.274.140	490.983	100,00

(*) Percentual da carteira de crédito por *rating* sobre a carteira total.

Nível de risco	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO		
	Base de cálculo	Provisão	% (*)	Base de cálculo	Provisão	% (*)
AA	2.339.151	-	32,25	2.391.632	-	28,51
A	2.606.105	13.030	35,93	3.551.779	17.758	42,35
B	1.460.700	14.607	20,14	1.481.610	14.816	17,67
C	183.106	5.493	2,52	208.220	6.247	2,48
D	85.485	8.548	1,18	95.002	9.500	1,13
E	168.086	50.426	2,32	173.493	52.048	2,07
F	43.048	21.524	0,59	55.747	27.874	0,66
G	79.957	55.970	1,10	99.650	69.755	1,19
H	288.396	288.396	3,97	330.436	330.436	3,94
Total	7.254.034	457.994	100,00	8.387.569	528.434	100,00

(*) Percentual da carteira de crédito por *rating* sobre a carteira total.

e) Níveis de concentração de risco

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO			
	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18
	R\$	%	R\$	%
10 Maiores devedores	2.098.452	28,07	2.267.327	27,03
100 Maiores devedores	5.449.362	65,86	5.618.454	66,97

f) Cessão de crédito

f.1) Cessão de crédito interbancário

Em exercícios anteriores aos apresentados foram realizadas operações de cessão de crédito consignado com a sua controlada, CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.533/08, que determinou novos critérios para reconhecimento de crédito e classificação das operações de cessão de crédito, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012, as referidas cessões estão classificadas na categoria de "operações com retenção substancial de risco e benefícios" e apresentam o saldo de R\$ 134.611 (Junho/18 - R\$ 208.180), e o valor registrado como obrigações por operações vinculadas à cessão é de R\$ 146.079 (Junho/18 - R\$ 224.662). A despesa das obrigações vinculadas registrada no semestre foi de R\$ 16.845 (Junho/18 - R\$ 25.503), decorrentes da apropriação "pro rata temporis" pelo prazo de cada contrato cedido. As cessões estão sujeitas à aplicação da Resolução CMN nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

f.2) Cessão de crédito para empresa não financeira e não ligada

No semestre findo em 30 de junho de 2019 não foram realizadas cessões de operações de crédito, com transferência substancial dos riscos e benefícios, a pessoas jurídicas não ligadas e não integrantes do sistema financeiro nacional. No semestre findo em 30 de junho de 2018 foram cedidas operações já baixadas para prejuízo, resultando no reconhecimento de receita no valor de R\$ 3.862.</

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado

10. Outros créditos - Diversos

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO		Ativos/(passivos)		Receitas/(despesas)		
	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18	
Devedores por depósitos em garantia (nota 22d)	438.181	516.385	445.132	523.802	Depósitos à vista	(1.191)	(1.330)	-	-
Títulos e créditos a receber (*)	101.041	111.781	104.386	119.780	CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(55)	(22)	-	-
Devedores por compra de bens a prazo (nota 7a)	69.454	71.429	69.454	71.429	CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(121)	(61)	-	-
Tributos a compensar e recuperar	30.082	24.204	55.106	47.550	CCB Brasil Informática S.A. (a)	(1)	(3)	-	-
Pagamentos a ressarcir	28.500	48.258	29.772	49.489	CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(188)	(2)	-	-
Adiantamentos e antecipações salariais	3.023	3.241	3.381	3.569	CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(674)	(702)	-	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	41	692	44	868	CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	(1)	-	-	-
Devedores diversos - país	20.610	22.628	21.140	27.233	Brasifactors S.A. (f)	(1)	(2)	-	-
Total	690.932	798.618	728.415	843.720	CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(90)	(67)	-	-
					Pessoal-chave da Administração (c)	(60)	(471)	-	-

(*) Inclui no Múltiplo e no Consolidado, valores a receber por aquisição de ativos financeiros de operações com característica de crédito no montante de R\$ 90.913 (Junho/18 - R\$ 89.592) conforme nota 7a. Contempla também valores a receber de R\$ - (Junho/18 - R\$ 14.426) de precatórios do Governo Federal e R\$ 8.905 (Junho/18 - R\$ 6.261) a receber dos órgãos públicos referentes repasse de crédito consignado, todos classificados como operações sem característica de operações de crédito.

11. Outros valores e bens

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito. A Administração efetuou análise para perda por redução ao valor recuperável, que resultou no registro da provisão para desvalorização mencionada no quadro abaixo:

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18
Imóveis	358.484	404.501	361.124	407.141
Máquinas e equipamentos	26.877	26.877	27.122	27.182
Veículos e afins	1.912	2.019	11.522	13.724
Material em estoque	57	60	57	60
Outros	742	742	743	742
Subtotal	388.072	434.199	400.568	448.849
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(152.766)	(132.740)	(160.413)	(139.779)
Total	235.306	301.459	240.155	309.070

12. Ativo permanente

a) Investimento

Vide detalhamento dos investimentos em controladas e controladas em conjunto na nota 14.

b) Imobilizado de uso

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO							
	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18						
	Custo	Provisão para perda	Depreciação acumulada	Valor líquido						
	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18
Terrenos	107	107	-	-	-	-	107	107	107	107
Edificações	85.523	85.523	-	(27)	(54.122)	(45.897)	31.401	39.599	32.863	41.601
Máquinas e equipamentos de uso	14.749	14.875	(1.132)	(1.010)	(10.351)	(9.616)	3.266	4.249	3.488	4.512
Sistema de processamento de dados	9.762	9.701	(15)	(15)	(9.478)	(9.441)	269	245	340	341
Sistema de transporte	842	994	-	-	(836)	(868)	6	126	6	126
Sistema de comunicação	1.774	1.753	(326)	(334)	(1.120)	(1.043)	328	376	604	704
Sistema de segurança	1.411	1.411	(47)	(47)	(1.046)	(935)	318	429	337	456
Total	114.168	114.364	(1.520)	(1.433)	(76.953)	(67.800)	35.695	45.131	37.745	47.847

c) Ativos intangíveis

c.1) Classe dos ativos intangíveis - Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por:

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO					
	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18				
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido				
Softwares	20.157	18.344	(16.695)	(13.807)	3.462	4.537	3.490	4.539
Ágio (*)	-	-	-	-	-	-	9.643	20.161
Total	20.157	18.344	(16.695)	(13.807)	3.462	4.537	13.133	24.700

c.2) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Dezembro/18	Adições/Baixas	Amortização	Junho/19
MÚLTIPLO	3.963	972	(1.473)	3.462
Softwares	3.963	972	(1.473)	3.462
CONSOLIDADO	18.894	975	(6.736)	13.133
Softwares	3.992	975	(1.477)	3.490
Ágio (*)	14.902	-	(5.259)	9.643
MÚLTIPLO	4.883	1.412	(1.758)	4.537
Softwares	4.883	1.412	(1.758)	4.537
CONSOLIDADO	30.313	1.412	(7.025)	24.700
Softwares	4.892	1.412	(1.766)	4.538
Ágio (*)	25.421	-	(5.259)	20.162

(*) Ágio apurado na aquisição da CCB Brasil Financeira, em 03 de novembro de 2009, correspondente à soma do valor pago na transação com o montante do patrimônio líquido negativo, resultou no valor de R\$ 105.190. O referido ágio está suportado em projeções de resultados, que consideram efeitos da sinergia identificada na realização de operações de varejo de forma conjunta entre CCB Brasil e CCB Brasil Financeira, consubstanciados em laudo de avaliação. A expectativa de realização do ágio é de 10 anos, amortizado de forma linear pelo mesmo período.

13. Dependência no exterior

Na data do balanço as operações conduzidas pela Agência em Cayman Islands apresentavam patrimônio líquido de R\$ 732.109 (Junho/18 - R\$ 438.154) e ativos totais de R\$ 5.383.354 (Junho/18 - R\$ 5.419.531).

14. Participações em controladas e coligadas no país - CCB Brasil Múltiplo

As principais informações das sociedades controladas diretas e em conjunto pelo Banco são assim demonstradas:

Nome da empresa	Número ações/cotas possuídas	% participação	2019		2018	
			Patrimônio líquido	Lucro/prejuízo	Equivalência patrimonial	Valor contábil investimentos
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	180.920.168	100%	267.420	10.198	10.198	267.420
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	14.223.228	100%	20.649	(46)	(46)	20.649
CCB Brasil Informática S.A.	50.000	100%	766	12	12	766
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	3.670.000	100%	10.137	81	81	10.137
CCB Brasil S.A. - CFI (*)	116.405.774	100%	54.345	(3.801)	(3.801)	63.988
Brasifactors S.A. (**)	62.931	50%	(3.462)	(1.012)	(506)	(1.731)
Total					5.938	362.960

(*) No valor contábil de investimentos está incluído o ágio, líquido de amortizações, no valor de R\$ 9.643 (Junho/18 - R\$ 20.162), apurado na aquisição da CCB Brasil S.A. - CFI, reclassificado para o Intangível no consolidado.

(**) Em decorrência do Patrimônio Líquido da Brasifactors S.A. apresentar saldo devedor, o montante equivalente a participação do Banco está registrado em Outras Obrigações - Credores Diversos - País.

15. Transações com partes relacionadas

a) Partes relacionadas

O Banco e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com controladas direta, indireta, controlada em conjunto, pessoal-chave da Administração e controlador podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos/(passivos)		Receitas/(despesas)	
	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18
Disponibilidades em moedas estrangeiras	1.117	6.470	-	-
China Construction Bank Corporation (d)	1.117	6.470	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez em depósitos interfinanceiros - CDI	755.919	1.241.251	53.675	104.707
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	755.919	1.241.251	53.675	104.707
Cotas de Fundo de Investimentos	61.058	23.584	1.850	748
FIDC Brasifactors (b)	61.058	23.584	1.850	748
Operações de Cessão de Crédito - Resolução nº 3.533/08	146.079	224.662	16.845	25.502
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	146.079	224.662	16.845	25.502
Outras obrigações - Rendas a Receber	5.100	7.812	6.000	9.192
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	5.100	7.812	6.000	9.192
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	-	575	-	677
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	-	20	-	24

	Ativos/(passivos)		Receitas/(despesas)	
	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18
Depósitos à vista	(1.191)	(1.330)	-	-
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(55)	(22)	-	-
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(121)	(61)	-	-
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(1)	(3)	-	-
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(188)	(2)	-	-
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(674)	(702)	-	-
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	(1)	-	-	-
Brasifactors S.A. (f)	(1)	(2)	-	-
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(90)	(67)	-	-
Pessoal-chave da Administração (c)	(60)	(471)	-	-
Depósitos interfinanceiros	(264.210)	(275.300)	(7.940)	(8.474)
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(20.690)	(21.172)	(638)	(665)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(243.520)	(254.128)	(7.302)	(7.809)
Depósitos a prazo	(209.296)	(178.268)	(5.531)	(5.451)
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(740)	(731)	(22)	(23)
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(2.072)	(11.252)	(150)	(347)
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	-	-	-	(52)
Brasifactors S.A. (f)	(418)	(113)	(9)	(16)
FIDC Brasifactors (b)	(13.703)	(4.373)	(187)	-
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(192.051)	(161.332)	(5.178)	(5.006)
Pessoal-chave da Administração (c)	(312)	(467)	(10)	(7)
Operações compromissadas	(20.211)	(15.451)	(1.381)	(1.615)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(8.321)	(7.610)	(229)	(239)
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(4.201)	(7.841)	(480)	(1.376)
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(7.689)	-	(672)	-
LCA	(1.819)	(8.538)	(53)	(154)
Pessoal-chave da Administração (c)	(1.819)	(8.538)	(53)	(154)
LCI	(2.262)	(277)	(38)	(7)
Pessoal-chave da Administração (c)	(2.262)	(277)	(38)	(7)
NDF	171	1.152	300	1.438
Brasifactors S.A. (f)	171	1.152	300	1.438
Obrigações por empréstimos	(4.234.127)	(5.969.308)	(82.060)	(397.310)
China Construction Bank Corporation (d)	(4.234.127)	(5.969.308)	(82.060)	(397.310)
Prestação de serviços	20	1	25	6
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	20	1	25	6

A saber:

(a) Controladas e Coligadas - direta

(b) Controladas e Coligadas - indireta

(c) Pessoal-chave da Administração

(d) Controlador indireto sediado no exterior

(e) Controladora direta

(f) Controlada em conjunto (*joint venture*)

a.1) Dos vencimentos e taxas das operações

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são valorizadas pelo CDI médio de 105% (Junho/18 - 105%) e as pré-fixadas às taxas médias de 11,67% a.a. (Junho/18 - 15,41% a.a.); as operações compromissadas foram realizadas às taxas médias de 6,4% a.a. (Junho/18 - 6,4% a.a.) e possuem vencimento em 01 de julho de 2019, com lastro até 01 ano e 03 meses (Junho/18 - até 03 anos). As operações de LCA foram realizadas com taxas de 96% do CDI (Junho/18 - 96%) e possuem vencimento final em até 06 meses (Junho/18 - até 02 anos). As operações de LCI foram realizadas com taxas de 95,7% do CDI (Junho/18 - 96%) e possuem vencimento final em até 05 meses (Junho/18 - em até 01 ano). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 99,78% do CDI (Junho/18 - 101% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 02 anos (Junho/18 - em até 03 anos). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 3,33% a.a. (Junho/18 - 3,05% a.a.) e variação cambial, com vencimento final até 08 anos (Junho/18 - em até 08 anos). As informações referentes às ccessões de crédito, com partes relacionadas, estão incluídas na nota 7f.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração - Consolidado

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso, respeitadas as limitações compostas pela Resolução CMN nº 3.921/10.

Durante o exercício de 2018 e primeiro semestre de 2019, o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face apuração de prejuízo líquido.

b.1) Benefícios de curto prazo - Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18
Remuneração fixa	7.641	6.716	7.780	6.919
Outros	603	646	603	646
Total	8.244	7.362	8.383	7.565

b.2) Benefícios de longo prazo

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

16. Depósitos

Distribuição por prazos de vencimento

	MÚLTIPLO	
--	----------	--

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os vencimentos estão assim distribuídos:

Vencimento	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18
	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	2.357.342	44,67	3.369.466	48,82
De 03 meses a 01 ano	2.817.974	53,39	3.336.710	48,34
De 01 a 03 anos	60.446	1,15	107.149	1,55
De 03 a 05 anos	27.486	0,52	63.670	0,92
Acima de 05 anos	14.352	0,27	25.872	0,37
Total	5.277.600	100,00	6.902.867	100,00

Em Junho/18 as operações de empréstimos e repasses do exterior, que contém cláusulas restritivas ("covenants"), são classificadas no curto prazo no Balanço Patrimonial, por motivo de desenquadramento de indicadores, entretanto, a nota acima, mantém os prazos anteriormente estabelecidos, considerando o sucesso do "waiver" obtido em datas anteriores.

O Banco possui operações de empréstimos efetuados junto a sua matriz na China no valor total de R\$ 4.234.127 (Junho/18 - R\$ 5.969.308), com vencimento final em até 8 anos, renováveis automaticamente, de acordo com a necessidade de liquidez do Conglomerado CCB Brasil.

Em 2017, o Banco realizou captações vinculadas a operações ativas de acordo com as condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.921/02, dentre elas:

- I - vinculação entre os recursos captados e a operação ativa correspondente;
- II - subordinação da exigibilidade dos recursos captados ao fluxo de pagamentos da operação ativa vinculada;
- III - remuneração da operação ativa vinculada suficiente para cobrir os custos da operação de captação;
- IV - compatibilidade entre os fluxos de caixa da operação ativa vinculada e da operação de captação;
- V - prazo da operação de captação igual ou maior que os da operação ativa vinculada;
- VI - postergação de qualquer pagamento ao credor, inclusive a título de encargos ou amortização, em caso de inadimplemento na operação ativa vinculada; e
- VII - não pagamento, total ou parcial, do principal e de encargos ao credor, na hipótese de a execução de garantias não ser suficiente para a liquidação da operação ativa vinculada, ou em outras situações de não liquidação dessa operação.

Desta forma, visando apresentar a melhor estimativa de desembolso esperado em relação a obrigação vinculada, bem como a redução de assimetrias, a Administração retificou o saldo do grupo "Empréstimos no Exterior" pelo montante de R\$ 413.412 (Junho/18 - R\$ 290.011), sendo R\$ 14.822 (Junho/18 - R\$ 137.767) em contrapartida ao resultado do período, com base na piora da qualidade de crédito dos ativos vinculados, além do valor de realização das garantias obtidas em cada operação.

Em 30 de junho de 2019 o montante das captações vinculadas a operações ativas é de R\$ 477.928 (Junho/18 - R\$ 621.195), e o saldo das operações ativas é de R\$ 453.787 (Junho/18 - R\$ 587.711), sendo que R\$ 224.652 (Junho/18 - R\$ 233.493), estão representados por créditos que apresentam parcela vencida há mais de 1 dia.

19. Obrigações por repasses do país

Representada por repasses do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ com prazos de vencimento até junho de 2021 e Ministério das Cidades nas modalidades PSH - Programa Social de Habitação e PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida, sem vencimento.

20. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18
Provisão para imposto de renda diferido (nota 26 c)	344.749	146.838	392.288	172.812
Impostos e contribuições a recolher	6.726	6.187	9.357	9.617
Provisão para impostos e contribuições sobre lucro	-	-	3.548	6.579
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	-	4	-
Total	351.475	153.025	405.197	189.008

21. Outras obrigações - diversas

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18
Provisão para passivos classificados como perda provável (**)	900.117	881.545	940.263	917.281
Obrigações por venda/transfêrencia de ativos financeiros (**)	146.079	224.662	-	-
Provisão para garantias financeiras prestadas (nota 29)	55.095	157.191	55.095	157.191
Cretores diversos - país	35.072	37.641	54.826	39.755
Provisão para pagamentos a efetuar	20.469	24.776	29.029	36.942
Total	1.156.832	1.325.815	1.079.213	1.151.169

(*) Refere-se à provisão para processos trabalhistas, cíveis e fiscais (nota 22).

(**) Refere-se ao saldo da obrigação assumida nas cessões de operações de crédito intragrupo com retenção substancial de risco, e será amortizada pelo repasse aos cessionários e, as despesas dessa obrigação, serão reconhecidas ao resultado no prazo do contrato.

22. Provisões, contingências e obrigações legais

O CCB Brasil e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos classificados como perda provável em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, sendo os mais relevantes:

CSLL x Isonomia - valor envolvido R\$ - (Junho/18 - R\$ 152.004) no Banco e Consolidado: pleiteia suspender a exigência da CSLL, do período base de 2008 a 2014, em relação à majoração da alíquota de 9%, aplicada às demais pessoas jurídicas, para 15%, aplicada às instituições financeiras, tendo em vista o desrespeito ao princípio constitucional da isonomia. Em virtude de decisão transitada em julgado desfavorável ao Banco, os valores depositados foram convertidos em renda da União, dando origem aos ajustes contábeis relativos às baixas da provisão passiva contingente e dos valores registrados no ativo débitos em garantia.

COFINS x Lei nº 9.718/98 - valor envolvido R\$ 531.721 (Junho/18 - R\$ 514.025) no Banco e R\$ 548.779 (Junho/18 - R\$ 530.487) no Consolidado: pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo no Banco R\$ 28.029 (Junho/18 - R\$ 26.850) e no Consolidado R\$ 30.779 (Junho/18 - R\$ 29.447).

PIS x Lei nº 9.718/98 - valor envolvido R\$ 86.346 (Junho/18 - R\$ 83.472) no Banco e R\$ 87.161 (Junho/18 - R\$ 84.263) no Consolidado: pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 96.990 (Junho/18 - R\$ 92.514).

PIS - Emenda Constitucional nº 10/96 - valor envolvido R\$ 18.611 (Junho/18 - R\$ 17.931) no Banco e Consolidado: pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da "irretroatividade" e da "anterioridade nonagesimal", bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no artigo 44º da Lei nº 4.506/64, no artigo 12º do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no artigo 226º do Decreto nº 1.041/94. O valor envolvido foi depositado em juízo.

ISS - Serviços Tributados - Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87 - valor envolvido R\$ 1.309 (Junho/18 - R\$ 1.238) no Banco e Consolidado: pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

Processos trabalhistas

O Banco possui 172 (Junho/18 - 147) e o Consolidado possui 227 (Junho/18 - 197) processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 57.681 (Junho/18 - R\$ 52.341) no Banco e R\$ 63.008 no Consolidado (Junho/18 - R\$ 55.827). No Banco existem 94 (Junho/18 - 159) e no Consolidado existem 119 (Junho/18 - 199) processos, cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$ 5.032 (Junho/18 - R\$ 9.628) no Banco e R\$ 6.938 (Junho/18 - R\$ 11.359) no Consolidado, que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor máximo de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 4.631 (Junho/18 - R\$ 8.391) no Banco e de R\$ 6.536 (Junho/18 - R\$ 8.617) no Consolidado. As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensões trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Processos cíveis

O Banco possui 230 (Junho/18 - 235) e o Consolidado possui 2.996 (Junho/18 - 2.899) processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 204.449 (Junho/18 - R\$ 60.534) no Banco e R\$ 221.394 (Junho/18 - R\$ 75.531) no Consolidado. O Banco possui 374 (Junho/18 - 433) e o Consolidado possui 397 (Junho/18 - 451) processos, cujos valores reclamados totalizam no Banco R\$ 403.880 (Junho/18 - R\$ 445.866) e no Consolidado R\$ 424.196 (Junho/18 - R\$ 471.410), os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 221.264 (Junho/18 - R\$ 253.919) no Banco e R\$ 241.580 (Junho/18 - R\$ 273.567) no Consolidado. As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

c) Processos fiscais e previdenciários classificados como perda possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela Instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas principalmente pelas seguintes questões:

ISS - Serviços Tributados - Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87 - valor envolvido R\$ 21.718 (Junho/18 - R\$ 20.524) no Banco e Consolidado: pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

PDD/94 - valor envolvido R\$ 25.954 (Junho/18 - R\$ 25.084) no Banco e Consolidado: pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo

CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução CMN nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no artigo 43º, § 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.

INSS - Participação nos Lucros dos Administradores - valor envolvido R\$ 121.960 (Junho/18 - R\$ 107.949) no Banco e Consolidado: pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2012, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do artigo 7º, XI, da Constituição Federal e artigo 28º, § 9º, da Lei nº 8.212/91.

IRPJ/CSLL - valor envolvido R\$ 90.252 (Junho/18 - R\$ 88.214) no Banco e Consolidado: pleiteia a desconstituição de débito de IRPJ/CSLL, relativo ao período base de 2012, lançado por auto de infração, decorrente de glosa da dedutibilidade de perdas com créditos, por suposto descumprimento dos procedimentos previstos na Lei nº 9.430/96.

d) Movimentação das provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

Descrição	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO			
	Dezembro/18	Adição	Reversão	Atualização	Junho/19	Junho/19
Cíveis (*)	152.028	65.012	(2.390)	4.687	(14.888)	204.449
Trabalhistas	54.991	-	-	2.690	-	57.681
Subtotal	207.019	65.012	(2.390)	7.377	(14.888)	262.130
Fiscais e previdenciárias	Dezembro/18	Adição	Reversão	Atualização	Junho/19	Junho/19
PIS - Receita Bruta Operacional	18.275	-	-	336	-	18.611
- EC nº 10/96	-	-	-	-	-	-
PIS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	84.928	-	-	1.418	-	86.346
COFINS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	522.987	-	-	8.734	-	531.721
ISS - Serviços não Tributados - LC nº 56/87	1.272	-	-	37	-	1.309
Subtotal	627.462	-	-	10.525	-	637.987
Total	834.481	65.012	(2.390)	17.902	(14.888)	900.117

(*) Durante o segundo semestre de 2018, o Banco reclassificou o montante de R\$ 93.445 de Provisão para garantias prestadas para Provisão para contingências cíveis, em função de discussão judicial que a classifica como perda provável (nota 29).

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 - Outros Créditos - Diversos), no Múltiplo o montante de R\$ 119.940 - processos Cíveis, R\$ 23.239 - processos Trabalhistas e R\$ 295.002 - processos Fiscais e no Consolidado, o montante de R\$ 120.135 - processos Cíveis, R\$ 26.923 - processos Trabalhistas e R\$ 298.074 - processos Fiscais.

Descrição	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO			
	Dezembro/17	Adição	Reversão	Atualização	Junho/18	Junho/18
Cíveis	55.818	5.645	(929)	-	60.534	75.531
Trabalhistas	43.045	9.296	-	-	52.341	55.827
Subtotal	98.863	14.941	(929)	-	112.875	131.358
Fiscais e previdenciárias	Dezembro/17	Adição	Reversão	Atualização	Junho/18	Junho/18
CSLL Isonomia de Alíquotas	149.299	-	-	2.705	152.004	152.004
- 2008 em diante	-	-	-	-	-	-
PIS - Receita Bruta Operacional - EC nºs 10/96 e 17/97	17.583	-	-	348	17.931	17.931
PIS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	82.003	-	-	1.469	83.472	84.263
COFINS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	504.977	-	-	9.048	514.025	530.487
ISS - Serviços não Tributados - LC nº 56/87	1.199	-	-	39	1.238	1,238
Subtotal	755.061	-	-	13.609	768.670	785.923
Total	853.924	14.941	(929)	13.609	881.545	917.281

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 - Outros Créditos - Diversos), no Múltiplo o montante de R\$ 115.071 - processos Cíveis, R\$ 21.099 - processos Trabalhistas e R\$ 380.143 - processos Fiscais e no Consolidado, o montante de R\$ 115.266 - processos Cíveis, R\$ 25.294 - processos Trabalhistas e R\$ 383.171 - processos Fiscais.

23. Captações e empréstimos no exterior

a) Dívida subordinada

Está representada por captações que compõem o cálculo do Capital de Nível II para fins de apuração dos limites operacionais, conforme segue:

Captação	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO				
	Valor	Emissão	Vencimento	Emissão	Taxa Juros (a.a.)	Junho/19	Junho/18
CDB Subordinado	R\$ 200.000	03/11/2009	04/11/2019	200.000	100% taxa Selic	503.927	473.927
Eurobonds	US\$ 300.000	27/04/2010	27/04/2020	529.153	8,50%	1.055.112	1.060.315
Total - Nível II PR						1.559.039	1.534.242

b) Instrumento de dívida elegível a capital

Captação	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO				
	Valor	Emissão	Vencimento	Emissão	Taxa Juros (a.a.)	Junho/19	Junho/18
EMTN - ITB Nível II	US\$ 100.000	29/09/2015	29/09/2025	397.299	7,20%	390.195	392.598
EMTN - ITB Nível I	US\$ 70.000	30/12/2016	30/12/2021	228.025	8,00%	278.984	280.702
Total PR						669.179	673.300

24. Resultado de exercícios futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

25. Patrimônio líquido

a) Ações

O capital social do Banco é de R\$ 2.956.864 (Junho/18 - R\$ 2.956.864) e está dividido em 465.631.466 ações nominativas (Junho/18 - 465.631.466), sendo 297.223.908 ordinárias (Junho/18 - 297.223.908) e 168.407.558 preferenciais (Junho/18 - 168.407.558), sem valor nominal.

O quadro de acionistas do CCB Brasil é o seguinte:

Acionista	Participação (%)	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
CCB Holding	100%	297.223.908	1.794.511	168.407.558	1.162.353	465.631.466

b) Ações em tesouraria

Até 30 de junho de 2019 foram adquiridas 6.879.540 ações preferencias no montante de R\$ 58.593, deste montante, 481.022 ações foram transferidas aos administradores a título de remuneração variável nos anos de 2013 e 2014.

O custo mínimo, médio e máximo por ação foi de R\$ 6,96, R\$ 8,52 e R\$ 9,70. Não há valor de mercado para estas ações.

Desta forma, a quantidade de ações em tesouraria em 30 de junho de 2019 corresponde a 6.398.518 ações no montante de R\$ 55.105 (Junho/18 - R\$ 55.105).

c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

d) Reservas

O prejuízo acumulado fundamentou a não constituição de reservas de lucros.

26. Imposto de renda e contribuição social

O crédito tributário e o passivo diferido, relativos à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), apurados até 30 de junho de 2019, com base nas premissas do Estudo Técnico para Créditos Tributários, foram calculados com a alíquota de 20% pelo período de 2016 a 2018 e alíquota de 15% para os exercícios a partir de 2019, inclusive.

a) **Créditos tributários:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados em Outros créditos, apresentaram a seguinte movimentação no período:

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Descrição	MÚLTIPLO CONSOLIDADO						MÚLTIPLO		CONSOLIDADO				
	Dezem- bro/17	Reali- zações	Adições	Ajustes (CSLL) 15% - 20%	Junho/18	Junho/18	Junho/18		Junho/18				
							IR	CS	IR	CS			
Imposto de Renda													
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	97.579	(16.040)	45.205	-	126.744	154.029							
Provisão para desvalorização de bens não de uso	33.859	(1.221)	547	-	33.185	33.324							
Provisão para contingências e outras	237.347	(22.617)	20.738	-	235.468	245.986							
Subtotal	368.785	(39.878)	66.490	-	395.397	433.339							
Prejuízo fiscal	269.910	-	-	-	269.910	279.538							
Subtotal - Crédito Tributário IRPJ	638.695	(39.878)	66.490	-	665.307	712.877							
Contribuição Social													
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	63.121	(12.834)	36.164	(10.406)	76.045	94.347							
Provisão para desvalorização de bens não de uso	20.756	(977)	437	146	20.362	20.449							
Provisão para contingências e outras	150.959	(18.094)	33.236	(15.328)	150.773	157.295							
Subtotal	234.836	(31.905)	69.837	(25.588)	247.180	272.091							
Base negativa da CSLL acumulada	169.657	-	-	-	169.657	174.351							
Subtotal - Crédito Tributário CSLL	404.493	(31.905)	69.837	(25.588)	416.837	446.442							
Total - Crédito Tributário IRPJ/CSLL	1.043.188	(71.783)	136.327	(25.588)	1.082.144	1.159.319							
Realização dos créditos tributários	- com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros, em valor suficiente para a realização total dos créditos tributários existentes na data do balanço, no período de 10 anos, assim distribuídos:												
	MÚLTIPLO												
	Realização dos Créditos Tributários												
Ano Projetado	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Junho/19	Junho/18
Valor Projetado	40.613	97.642	124.865	105.214	156.156	63.067	48.355	54.942	58.408	56.672	277.226	1.083.160	1.082.144
Valor Presente (*)	39.355	88.841	106.676	84.402	117.621	44.605	32.112	34.260	34.198	31.156	143.106	756.332	749.835
% Realização	3,7%	9,0%	11,5%	9,7%	14,4%	5,8%	4,5%	5,1%	5,4%	5,2%	25,7%	100,0%	
	CONSOLIDADO												
Ano Projetado	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Junho/19	Junho/18
Valor Projetado	50.912	116.456	133.518	107.454	156.682	64.199	49.755	57.115	61.660	61.366	298.963	1.158.080	1.159.319
Valor Presente (*)	49.334	105.959	114.068	86.199	118.017	45.405	33.042	35.614	36.102	33.737	154.329	811.806	808.352
% Realização	4,4%	10,1%	11,5%	9,3%	13,5%	5,5%	4,3%	4,9%	5,4%	5,3%	25,8%	100,0%	
(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.													
A realização e manutenção do registro do crédito tributário depende da geração de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condição de realização definidos pela Resolução CMN nº 3.059/02.													
Nesse contexto a referida Resolução estabelece que o registro contábil de crédito tributário só pode ser efetuado na condição em que o Banco apresente histórico de lucros tributários para fins de imposto de renda e contribuição social, comprovado pela ocorrência dessa situação em pelo menos três, dos últimos cinco exercícios sociais. O Banco apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social nos exercícios sociais de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Consoante a Resolução CMN nº 3.059/02, esta condição deixou de ser aplicável no Banco até o exercício de 2014, em decorrência da mudança de controle acionário ocorrida no final daquele ano.													
Desta forma, a exemplo do primeiro semestre de 2017, onde o Banco já apresentava histórico de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, a Administração apresentou ao Banco Central do Brasil novo estudo técnico para realização de créditos tributários, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.059/02 alterada pela Resolução CMN nº 4.441/15 e Circular nº 3.776/15 do BACEN, que resultou na aprovação da manutenção do saldo de créditos tributários advindos de prejuízo fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social registrados em 31 de dezembro de 2018, para os quais o Banco possui a expectativa de realização, conforme estudo técnico de realização de crédito tributário, em até 10 anos, bem como dar continuidade ao registro de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias apuradas na base de cálculo de imposto de renda e contribuição social. Diante do exposto, o Banco e o Consolidado possuem créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social no valor total de R\$ 703.862 (Junho/19 - R\$ 548.767) para os quais não há expectativa de realização no prazo previsto pela Resolução CMN nº 3.059/02 de até 10 anos.													
b) Crédito presumido	Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13 e Circular nº 3.624/13 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.												
Ainda conforme a Lei nº 12.838/13 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de cinco anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.													
Durante o primeiro semestre de 2019 o Banco recuperou R\$ 262 (Junho/18 - R\$ 61.619), decorrentes de operações de crédito integrantes da base de cálculo do crédito presumido, cujos tributos diferidos, no montante de R\$ 105 (Junho/18 - R\$ 24.648), foram registrados em Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, dado que estes valores serão tributados por ocasião do ressarcimento do crédito pela Fazenda Nacional.													
A Administração entende que, dado ao cenário macroeconômico e a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros pela Instituição, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa.													
	2014	2015	2016	Junho/19									
Crédito Presumido Constituído	78.983	107.450	194.229	380.662									
c) Passivo fiscal diferido	MÚLTIPLO												
	Junho/19		Junho/18										
Empréstimos vinculados (Resolução nº 2.921)	165.365	116.004											
Passivo diferido constituído	72.786	-											
Atualização monetária de depósitos judiciais	27.889	22.496											
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	78.709	8.338											
Total	344.749	146.838											
	CONSOLIDADO		Junho/19		Junho/18								
Empréstimos vinculados (Resolução nº 2.921)	165.365	116.004											
Passivo diferido constituído	72.786	-											
Atualização monetária de depósitos judiciais	28.237	22.496											
Hedge Accounting	16.266	20.992											
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	107.542	8.338											
Superveniência de depreciação	2.092	4.982											
Total	392.288	172.812											
d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social	MÚLTIPLO CONSOLIDADO												
	Junho/19		Junho/18										
Apuração	IR	CS	IR	CS									
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(120.551)	(120.551)	(105.813)	(105.813)									
(-) Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	(6.000)	(6.000)									
(+) Juros sobre o capital próprio recebidos	-	-	6.000	6.000									
Base de cálculo	(120.551)	(120.551)	(105.813)	(105.813)									
Adições temporárias	220.985	220.985	259.964	259.964									
Adições permanentes	79.999	79.999	80.107	80.107									
Exclusões	(315.505)	(315.505)	(376.531)	(376.531)									
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL	(135.072)	(135.072)	(142.273)	(142.273)									
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	-	-	115.961	134.827									
(Prejuízo) Base de Cálculo IR e CSLL	(135.072)	(135.072)	(26.312)	(7.446)									
Encargos às alíquotas de 15% para IR e CSLL	-	-	1.974	354									
Adicional de 10% de IR	-	-	1.296	-									
Impostos correntes	-	-	3.270	354									
Conciliação do resultado	-	-	3.270	354									
Impostos correntes	-	-	3.270	354									
Imposto de Renda e CSLL Diferido	5.478	3.287	6.853	5.733									
(=) Provisão IR e CSLL	5.478	3.287	10.123	6.087									
Constituição de créditos tributários (sobre adições temporárias)	(53.933)	(39.880)	(68.279)	(48.486)									
Baixa de créditos tributários (sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL) Resolução nº 3.059/02	-	-	2.554	1.532									
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	40.444	31.787	56.945	41.686									
Realização do crédito tributário (sobre compensação prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	-	-	(5.831)	(3.498)									
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(13.489)	(8.093)	(14.611)	(8.766)									
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.011)	(4.806)	(4.488)	(2.679)									
Apuração	MÚLTIPLO CONSOLIDADO												
Resultado antes da tributação sobre o lucro	88.542	88.542	72.945	72.945									
(-) Juros sobre o capital próprio	-	-	(9.168)	(9.168)									
Base de cálculo	88.542	88.542	63.777	63.777									
Adições temporárias	271.218	271.218	328.984	328.984									
Adições permanentes	60.412	60.412	60.468	60.468									
Exclusões	(503.402)	(503.402)	(517.996)	(517.996)									
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL	(83.230)	(83.230)	(64.767)	(64.767)									
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	-	-	85.408	83.439									
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal/Base de Cálculo Negativa CSLL	-	-	(6.192)	(6.192)									
(Prejuízo)/Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL	(83.230)	(83.230)	14.449	12.480									
Encargos às alíquotas de 15% para IR e 20% para CSLL	-	-	(326)	982									
Adicional de 10% de IR	-	-	1.433	-									
Impostos correntes	-	-	1.107	982									
Conciliação do resultado	-	-	1.107	982									
Impostos correntes	-	-	1.107	982									
Imposto de Renda e CSLL Diferido	47.034	27.235	37.944	21.421									
(=) Provisão IR e CSLL	47.034	27.235	39.051	22.403									
Constituição de créditos tributários (sobre adições temporárias)	(66.490)	(44.249)	(78.750)	(53.839)									
Baixa de créditos tributários (sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	-	-	10.603	9.400									
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	39.878	31.905	49.127	40.531									
Realização do crédito tributário (sobre compensação prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	-	-	1.741	1.994									
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(26.612)	(12.344)	(17.279)	(1.914)									
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	20.422	14.891	21.772	20.489									
27. Composição das principais contas de resultado	MÚLTIPLO CONSOLIDADO												
a) Resultado de operações de crédito	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18									
Crédito pessoal consignado	143.850	121.024	225.685	201.161									
Capital de giro e descontos	16.983	406.154	16.983	406.155									
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.483	51.013	14.319	57.174									
Financiamentos à exportação	41.225	183.438	41.225	183.438									
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	99	51	12.298	27.705									
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.790	4.350	8.790	4.350									
Financiamentos à importação	111	22.745	111	22.745									
FUNCAFÉ	2.233	1.364	2.233	1.364									
Contas garantidas	-	444	-	444									
Outros empréstimos e financiamentos	6.763	55.502	7.777	57.614									
Total	225.537	846.085	329.421	962.150									
b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18									
Rendas de aplicações compromissadas	170.481	114.485	170.481	114.485									
Resultado de títulos renda fixa	58.889	348.295	58.606	348.604									
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	88.875	115.702	35.200	10.995									
Outras operações com títulos e valores mobiliários	39.429	12.069	39.428	12.069									
Total	357.674	590.551	303.715	486.153									
c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18									
Swap	-	(9.326)	-	298.726									
Mercado futuro - dólar	-	32.442	-	9.945									
Termo de moedas	-	1.397	-	(7.234)									
Mercado futuro - DI	-	(44.268)	-	(2.413)									
Total	-	(19.755)	-	299.024									
d) Resultado de câmbio	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18									
Rendas de operações de câmbio	473.295	566.296											
Despesas de operações de câmbio	(455.809)	(416.843)											
Total	17.486	149.453											
e) Despesas de captação no mercado	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18									
Operações compromissadas	170.840	112.999	169.459	111.384									

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado

j) Outras despesas administrativas

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18
Despesas de serviços de terceiros	12.435	13.119	18.314	18.122
Despesas de amortização e depreciação	11.458	11.885	11.823	12.249
Despesas de processamento de dados	6.467	5.241	9.033	7.647
Despesas de aluguéis e taxas	5.932	7.028	6.860	8.066
Despesas de serviços do sistema financeiro	2.691	3.724	3.342	4.612
Despesas de manutenção e conservação	1.697	1.952	2.073	2.227
Despesas de transportes e viagens	1.262	1.633	1.440	1.803
Despesas de promoções e relações públicas	482	287	497	301
Despesas de comunicações	220	301	730	832
Despesas de propaganda e publicidade	29	128	243	360
Outras despesas	3.867	4.398	8.533	11.006
Total	46.540	49.696	62.888	67.225

k) Despesas tributárias

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18
Despesas de contribuição à COFINS	5.604	3.002	7.885	6.498
Tributos federais, estaduais e municipais	1.755	2.334	2.017	2.667
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza	812	1.225	1.127	1.247
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	911	488	1.283	1.057
Total	9.082	7.049	12.312	11.469

l) Resultado não operacional

Refere-se a resultados obtidos na venda de bens próprios, BNDU e provisionamentos para ajuste ao valor de realização de bens ou outros ativos não operacionais.

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18
Resultado na alienação de bens	1.423	2.242	1.797	3.195
Reversão de provisão para ajuste do valor de realização de bens	2.662	2.696	2.647	3.103
Despesas com BNDU	-	(2.903)	-	(2.903)
Outros	283	402	288	410
Total	4.368	2.437	4.732	3.805

28. Acordo da Basileia

O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados pelo risco (RWA) que passou a ser de 8,0% mais o adicional de capital principal de 2,50% (totalizando 10,50%) válidos para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

	Basileia III	
	Junho/19	Junho/18
Patrimônio de Referência Nível I	1.514.894	1.540.504
- Capital Principal	1.235.910	1.259.802
- Bônus Perpétuo	278.984	280.702
Patrimônio de Referência Nível II	390.195	688.433
- Dívida Subordinada	390.195	688.433
Patrimônio de Referência - Prudencial	1.905.089	2.228.937
Risco de Crédito	632.629	692.392
Risco de Mercado	86.596	82.334
Risco Operacional	91.166	71.488
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	810.391	846.214
Índice de Basileia (%)	18,81	22,72
Índice de Capitalização Nível I	14,95	15,70
Índice de Capitalização Nível II	3,86	7,02

29. Avais e fianças prestadas

a) As responsabilidades por avais e fianças prestadas montam R\$ 1.517.263 (Junho/18 - R\$ 1.369.318) e apresentam a seguinte concentração:

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO			
	Junho/19	%	Junho/18	%
Maior tomador de fiança	219.652	14,48	207.594	15,16
10 Maiores fianças	926.428	61,06	741.439	54,15
20 Maiores fianças	1.174.884	77,43	966.869	70,61
50 Maiores fianças	1.448.768	95,49	1.242.802	90,76

No período findo em 30 de junho de 2019, o saldo de provisão para avais e fianças prestadas é de R\$ 55.095 (Junho/18 - R\$ 157.191), registrada na rubrica "Outras obrigações diversas" (nota 21). Durante o segundo semestre de 2018, o Banco reclassificou o montante de R\$ 93.445 de Provisão para garantias prestadas para Provisão para contingências cíveis, em função de discussão judicial que a classifica como perda provável (nota 22d).

b) As responsabilidades por avais e fianças honradas representam o montante de R\$ 4.855 (Junho/18 - R\$ 25.070) e estão classificadas na carteira de crédito de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99 (nota 7a).

30. Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centraliza o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. Atende a Resolução CNM nº 4.557/17. Encontra-se no site o Relatório de Gestão de Riscos em atendimento a Circular nº 3.678/13 do BACEN que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos e o relatório de Estrutura Gestão de Riscos que dispõe sobre a estrutura e responsabilidades e seu contexto dentro do CCB Brasil.

A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o Conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existem políticas institucionais e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17, a estrutura de Gerenciamento de Riscos foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o Conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de riscos. A Resolução CMN nº 4.327/14 também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental. O Banco já adaptou a estrutura de gerenciamento de riscos atendendo a Resolução CMN nº 4.557/17.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. A Diretoria de Governança Corporativa compõem-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

I. Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.

II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco designou o *CRO - Chief Risk Officer* como responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central segundo decisão do Conselho de Administração.

Gestão do Risco de Mercado

O Departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por alguns principais tipos de medidas: posições (*stale positions*), sensibilidades, testes de estresse, o "Value-at-risk" (incluindo testes de aderência e validações), EVE- *Economic Value of Equity e Nil - Net Interest Income*.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do Banco não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do Banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

Gestão do Risco de Crédito

O CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os *ratings* de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados a capacidade de pagamento e *default* de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise do risco operacional em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17 e ao acordo da Basileia.

Gestão do Risco de Liquidez

O gerenciamento do Risco de Liquidez da Instituição consiste em mensurar, avaliar e controlar a capacidade do banco em honrar seus compromissos financeiros por meio de estimativas e modelagens matemáticas sobre a sua própria base de operações. Tais modelos possuem características complementares e são descritos abaixo:

I. *Backward Looking*: análise histórica de movimentações, recompras, renovações de operações pelos clientes para estimar o potencial de insuficiência de caixa para honrar os compromissos do banco.

II. *Forward Looking*: análise da carteira projetada, considerando-se cenários de orçamento e expectativa de crescimento das carteiras.

Os resultados dos cálculos de liquidez efetuados para os próximos três anos, seguindo esses modelos, demonstram que a Instituição tem e terá recursos suficientes para fazer frente a suas obrigações e apresenta posição com ampla margem de segurança no curto e longo prazos.

O CCB Brasil possui departamento de gestão de risco de liquidez para identificação, monitoração e controle de eventos que possam impactar a liquidez do banco tanto no curto quanto no longo prazo.

A gestão do risco de liquidez prevê:

I. Elaboração de fluxo de caixa para avaliação e monitoração da liquidez no curto e longo prazo;

II. Modelos estatísticos para estimar saídas imprevistas no fluxo de caixa como antecipação de resgate de CDB, pagamentos de ajustes de derivativos e depósitos adicionais de garantia na B3.

III. Testes de estresse para monitorar a saúde financeira em cenários adversos de liquidez.

Eventos que indiquem capacidade de liquidez inadequada às obrigações futuras da instituição são reportados ao Comitê de Tesouraria semestralmente para tomada de ações corretivas e preventivas.

O CCB Brasil apresenta em seu balanço Patrimonial o Passivo Circulante maior que o Ativo Circulante, apurado de acordo com o vencimento nominal das suas operações, contudo o Conglomerado possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda (nota 5b) no montante de R\$ 7.179.353 (Junho/18 - R\$ 6.982.108), que mesmo classificados no ativo realizável a longo prazo representam investimentos de elevada liquidez em títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, além disso, parte dos passivos circulantes, são empréstimos efetuados junto à matriz na China no valor total de R\$ 4.234.127 (Junho/18 - R\$ 5.348.113), com vencimento inferior a um ano, que vem sendo sistematicamente renovados.

	Junho/19		
	Liquidez Nominal	Reclassificação por Liquidez Efetiva	Liquidez Ajustada
Ativo Circulante	6.986.069	7.179.353	14.165.422
Passivo Circulante	(17.760.921)	4.234.127	(13.526.794)
Saldo Líquido	(10.774.852)	2.945.226	638.628

	Junho/18		
	Liquidez Nominal	Reclassificação por Liquidez Efetiva	Liquidez Ajustada
Ativo Circulante	6.643.467	6.982.108	13.625.575
Passivo Circulante	(16.011.889)	5.348.113	(10.663.776)
Saldo Líquido	(9.368.422)	1.633.995	2.961.799

31. Outras informações

a) Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais

O CCB Brasil é devedor por empréstimos obtidos junto à Proparco (Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique) para repasses a empresas brasileiras, cujo contrato exige manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais. Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e aferidos pelo credor mencionado.

MÚLTIPLO E CONSOLIDADO

	Requerido
Capitalização (Basileia)	≥ 11%
Soma dos 20 maiores riscos sobre PR	≤ 300%
Concentração de risco por segmento de mercado	≤ 25%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre "PR"	≤ 25%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 85%
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	> 0

b) Seguros

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

c) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa - método indireto

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18
Aplicações no mercado aberto	1.055.173	1.529.113	1.055.173	1.529.113
Disponibilidades	108.778	128.020	109.131	128.456
Aplicações em moedas estrangeiras	179.906	-	179.906	-
Depósitos interfinanceiros	50.575	20.114	50.575	20.114
Total	1.394.432	1.677.247	1.394.785	1.677.683

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		COMITÊ DE AUDITORIA	
Presidente:	Xilai Feng	Diretores Vice-Presidente:	Liping Shang (Diretor Presidente)	Presidente e membro qualificado:	Heraldo Gilberto de Oliveira
Membros do Conselho:	Fanggen Liu Qiuyue Fang Liping Shang Daniel Joseph McQuoid Heraldo Gilberto de Oliveira	Diretores:	Yongdong Jiang (Diretor Vice-Presidente) Zhiqiang Zhu (Vice-Presidente) Carlos José Roque Claudio Augusto Rotolo	Membros do Comitê:	Walter Mallas Machado de Barros Daniel Joseph McQuoid

→☆ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o semestre findo em 30 de junho de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados com o exercício anterior.

**Porque é um PAA****Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria****Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) (Notas 3(e.4), 7 e 8) - Banco e Consolidado**

A determinação do valor da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é uma área que requer julgamentos e utilização de um conjunto de considerações por parte da Administração.

Nesse processo as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração várias premissas e fatores, incluindo a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, realização de garantias, bem como as normas legais e regulamentares do Banco Central do Brasil - Resolução CMN nº 2.682.

Tendo em vista esses aspectos, bem como a relevância dos montantes envolvidos, essa é uma área de estimativa crítica contábil e foi definida como foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e a execução de testes de controles relevantes relacionados à concessão de crédito e a respectiva análise e aprovação do risco do devedor.

Analisamos os critérios descritos em política e os utilizados pela Administração para determinação do risco de crédito das operações, bem como (i) recalculamos as provisões com base nessas atribuições de risco e no atraso das operações e (ii) validamos a totalidade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para o recálculo da provisão.

Realizamos também outros testes em atendimento aos requerimentos da Resolução CMN nº 2.682, bem como avaliamos os aspectos relacionados às divulgações em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e registro contábil da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Créditos tributários (Notas 3(g.2) e 26) - Banco e Consolidado

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas possuem ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre lucro líquido, cujo registro é suportado por estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Considerando que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos consideraram a atualização do entendimento do processo de apuração e registro dos créditos tributários nos termos das normas fiscais e contábeis.

Com o auxílio de nossos especialistas, analisamos a consistência das premissas relevantes utilizadas no estudo de realização do crédito tributário com informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, bem como a metodologia utilizada para estimar os lucros tributáveis, e a coerência lógica e aritmética dos cálculos. Discutimos com a Administração e confirmamos a aprovação do estudo técnico que suporta a realização dos créditos tributários pelos órgãos adequados da Administração.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como créditos tributários, consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações financeiras. Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles gerais, poderia ocasionar no processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações. Dessa forma, o ambiente de tecnologia da informação foi considerado uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados ou dependentes de tecnologia relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras.

Com o auxílio de nossos especialistas, os principais procedimentos executados envolveram testes de controles relacionados com a segurança da informação, atrelados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo gestão de acesso e segregação de função.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e os controles estabelecidos pela Administração apresentaram uma base razoável para suportar os principais processos de negócios que fornecem informações utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de agosto de 2019



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Melissa Tuxen Wisnik
Contadora - CRC 1SP221490/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 1º SEMESTRE DE 2019

O Comitê de Auditoria do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. é instituído em atendimento à Resolução 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao estatuto do banco.

O Comitê analisou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2019, com foco na aplicação das práticas contábeis adotadas pelo mercado e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN. O Comitê avaliou as recomendações propostas pelas Auditorias Interna e Independente, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos. O Comitê, com base nas informações e relatórios recebidos das áreas de controles internos e riscos, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios da Auditoria Independente, concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras,

cujo relatório apresenta-se sem ressalvas. Os principais assuntos de auditoria também foram discutidos com a PwC, assim como demais pontos, relacionados com as práticas contábeis, recomendações e apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos, e apresentação das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas auditadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 22 de agosto de 2019

Daniel Joseph McQuoid

Heraldo Gilberto de Oliveira
Presidente

Walter M. Machado de Barros